This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

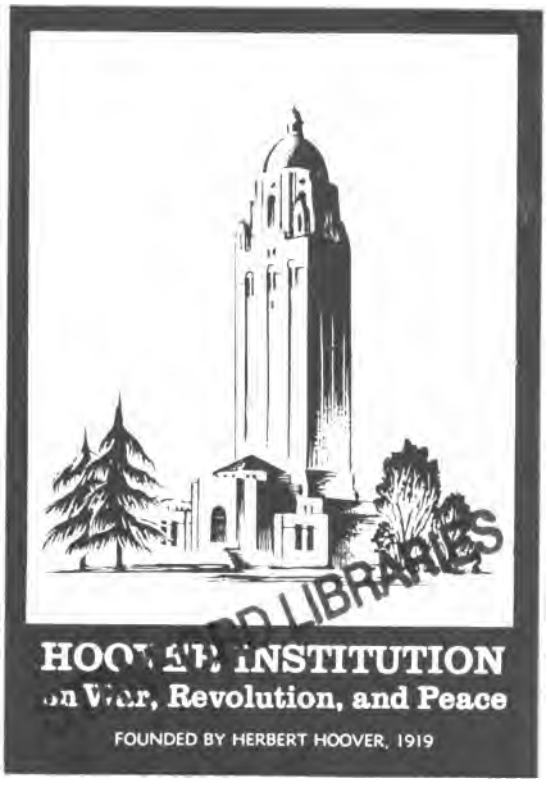
A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`

Ribeiro, Augusto.

Questões coloniaes do dia.

STANFORD LIBRARIES

DT
36
R484


HOOVER INSTITUTION
on War, Revolution, and Peace
FOUNDED BY HERBERT HOOVER, 1919

LIBRARIES

PAMPHLET BINDER

Publicações do "Portugal em Africa"

AUGUSTO RIBEIRO

QUESTÕES COLONIAES DO DIA

Separata do n.º 122 do "PORTUGAL EM AFRICA"

FOOD RESEARCH INSTITUTE
MAY 18 1962

LISBOA
TYPOGRAPHIA DA «A EDITORA»
Largo do Conde Barão, 50
1904

Ao seu illustre amigo m. Carvalho Dias Costa

Questões coloniaes do dia

O caminho de ferro de Quelimane
A mão d'obra indigena na provincia de S. Thomé e Principe
Novas culturas coloniaes

POR em homenagem respeitosa

AUGUSTO RIBEIRO

Da Sociedade de Geographia de Lisboa,
do Instituto de Coimbra, do Instituto Colonial Internacional de Bruxellas,
da Sociedade dos Estudos Coloniaes de Paris, etc.

15 maio 904

LISBOA
TYPOGRAPHIA DA «A EDITORA»
Largo do Conde Barão, 50
1904

D 7 26

Le journalisme n'est pas, comme on l'a dit, un quartième pouvoir de l'Etat, pas plus qu'il n'est, étant de recrutement libre et divers, une fonction de l'Etat. Mais il est incontestablement une fonction publique. Nous sommes les serviteurs du public parce que nous avons reçu de lui un mandat de confiance. La presse libre et agissante est le contrepoids salutaire aux excès de notre regime administratif et fiscal.

HENRY FOUQUIER.

PAMPHLET BINDER

O caminho de ferro de Quelimane

Volta a falar-se — desta vez com mais insistencia — na questão do caminho de ferro de Quelimane. Um grupo importante de arrendatarios de prasos e de interessados, mais ou menos directamente, na exploração agricola, commercial e industrial da Zambezia, constituiu-se em commissão e foi apresentar ao sr. ministro da marinha primeiro, e depois ao sr. presidente do conselho, o voto, formulado e approvado em reunião plena, no sentido de se não protellar por mais tempo a solução deste problema, vital para o districto da Zambezia, mandando-se proceder com urgencia ao estudo de um novo traçado, de Quelimane ao Chire, visto as circumstancias terem aconselhado a alteração do primitivo projecto, que era de Quelimane ao Ruo e havia sido não só fundamento de um contracto celebrado em 1895, mas ainda de uma authorisação parlamentar e subsequente contracto realisado em 1898 entre o governo e a *Companhia dos Caminhos de Ferro da Zambezia,* contracto em que era admittida a concessão de um subsidio complementar de garantia, na hypothese dos rendimentos liquidos não cobrirem os encargos do capital emittido para a construcção da linha, subsidio que seria concedido dentro do excedente das receitas da alfandega de Quelimane sobre o rendimento de 1892-93. Em resultado destas representações parece que uma missão especial vae ser encarregada de fazer os estudos do traçado de Quelimane ao Chire e que, parallelamente por parte dos interessados se vae promover em Londres um accordo com a *Rhodesia Railways Cy* no sentido de estabelecer a ligação entre a linha portugueza e a linha ingleza. Não ha divergencia de opiniões sobre a necessidade e a conveniencia de resolver de prompto o problema das communicações da Zambezia, que ficará completamente desvalorisada se a construcção, aliás prevista e estudada, de uma nova linha nos territorios da Companhia de Moçambique partindo de um ponto a fixar no caminho de ferro da Beira e dirigindo-se sobre o Zambéze por Sena, ou mesmo desenvolvendo-se no sentido de penetração por Tete, não fizer desviar para o porto da Beira todo o trafego da alta e baixa Zambezia. A these geral é a que se refere ao estudo do desenvolvimento das communicações da

Zambezia, a these especial é a que exclusivamente se refere á questão do caminho de ferro, partindo de Quelimane e a sua mais conveniente directriz. Nas opiniões conhecidas a these especial tem sido preferida á geral. No emtanto é sabido que o commissario regio sr. Antonio Ennes, tendo estudado o assumpto e ouvido pareceres authorisados, não hesitou em expor franca e lealmente a opinião de que conviria especialmente estudar o regimen hydrographico do Zambeze, afim de estabelecer as communicações pelas vias fluviaes, o que lhe parecia resolver efficazmente o problema, completado o serviço fluvial por dois caminhos de ferro, um ligando o Macuse a Quelimane, caminho de ferro este que já está construido pela Companhia da Zambezia e em exploração desde 1902, na extensão de 33 kilometros, do Maquival a Quelimane, dando resultados favoraveis, outro de Marrumbála a Vicente. Entendia o sr. Antonio Ennes que o caminho de ferro de Quelimane, n'uma extensão de 250 a 300 kilometros, exigindo obras d'arte importantes, algumas das quaes, segundo o parecer de technicos, se possiveis, seriam dispendiosissimas, não daria compensações seguras, e que, por isso, conviria estudar solução mais pratica, isto é, mais compativel com os recursos do paiz e offerecendo mais solidas garantias aos capitaes que nella se interessassem. Notava o sr. Antonio Ennes, que a contrariar esta ideia absolutamente desinteressada poderia haver o antagonismo entre Quelimane e o Chinde, visto que aquelle porto poderia ser sacrificado a este, mas lembrava que ambos os portos são portuguezes e que das vantagens que um possa conseguir sobre o outro sómente ganharia realmente a nação. Agora, no movimento iniciado a favor da these especial da construcção do caminho de ferro de Quelimane ao Chire, a hypothese Chinde é considerada inadmissivel, considerando este porto não só n'uma situação de inferioridade ao de Quelimane, mas até condemnado a uma completa obstrucção, não sendo por isso via que possa competir com um caminho de ferro construido seja para que ponto fôr. Como que respondendo a estas affirmações a junta local do Chinde, reunida em sessão magna, resolveu pedir e propor ao governo: — *a)* o levantamento do plano da barra e porto de Chinde desde a confluencia do *Rio Maria* até ao mar; — *b)* estudo das correntes do rio no seu curso inferior e elaboração de um projecto de defesa da margem do Chinde, dando-se começo aos trabalhos com a maior urgencia, quer elles devam consistir na alteração do curso do rio, quer na construcção de defesas da margem; — *c)* a acquisição de uma draga, d'um rebocador e de material necessario para as obras do porto e bem assim d'um guindaste afim de facilitar as descargas; — *d)* substituição do pharol de Mitahone por outro de 15 milhas d'alcance; — *e)* limpeza, obrigatoria para os arrendatarios dos prazos, dos rios Zambeze e Chire; — *f)* acquisição de duas dragas do melhor typo para conservarem abertos todo o anno á navegação fluvial os canaes dos dois rios; — *g)* dotação especial das obras do porto e

PAMPHLET BINDER

barra do Chinde por meio de impostos fixos na carga e descarga e sobre transportes fluviaes, uma quota parte das receitas especiaes liquidas da alfandega e fazenda no Chinde, e uma verba annualmente inscripta para esse fim no orçamento provincial, creando-se para administrar esse fundo uma commissão especial como a que existe em Lourenço Marques. Vê-se que o Chinde procura defender-se e força é confessar que, nas suas linhas geraes, a representação é rasoavel e põe a questão em termos que não pode ser plausivelmente combatida. Não soffre discussão que a solução do problema das communicações da Zambezia é urgente, mas para a adoptar é preciso estudar a questão em todos os seus aspectos, isto é, na hypothese do caminho de ferro e na hypothese do aproveitamento das vias fluviaes. A melhor solução será a mais exequivel, a mais pratica, a que traga menores encargos ou menores compromissos para o estado.

Mas o problema do futuro da opulenta região da Zambezia, que tam viva sympathia e tam justificado interesse disperta e merece, dependerá exclusivamente da construcção do caminho de ferro ou da applicação de um systema mixto de pequenos caminhos de ferro conjugados com a exploração das vias fluviaes? Quer-nos parecer que não. N'um dos depoimentos de irrecusavel authoridade publicados a favor da hypothese do caminho de ferro, depoimento firmado pelo illustre contra-almirante conselheiro Augusto Castilho, que conhece a Zambezia desde 1858, que a visitou centenas de vezes, que n'ella desempenhou variadas commissões de serviço publico, vimos a seguinte affirmação, que é conveniente tornar conhecida: — que depois de 1889, epoca em que Quelimane estava em plena prosperidade, tendo-se ali estabelecido as companhias, a que chama monopolisadoras, o que coincidiu com a abertura do Chinde, desappareceram as casas estrangeiras, desappareceu a liberdade do commercio, esterilisou-se tudo e parece que, no meio de tanta decadencia, até appareceram as frequentes pragas de gafanhotos, em que nunca d'antes se ouvira falar e que, de mãos dadas com as companhias, teem arruinado o commercio dos prazos da Zambezia e principalmente o de Quelimane. No entretanto, devemos nós dizer que, logo em 1890, o sr. Antonio Ennes promulgou o notavel decreto estabelecendo o regimen dos prasos da Zambezia, que em 1892 regulamentou minuciosamente, que o regimen dos prasos é fundado em principios da mais ampla liberdade commercial e que, por isso, se esta liberdade não existe, não é defeito da lei, mas dos seus executores ou das influencias que n'elles tem sido possivel exercer. Devemos tambem accrescentar, que por falta de recursos antes do que por menos boa vontade, queremos acredital-o, as explorações agricolas e industriaes da Zambezia pouco se ter desenvolvido depois de 1890, consignando-se, porém, como de justiça, os esforços que n'esse sentido e não sem sacrificio tem realisado a Companhia da Zambezia, e que um ou outro esforço isolado, empre-

gado por outras companhias, se tem, infelizmente, malogrado, em condições por mais d'um motivo deploraveis, como de todos é sabido, mas que não desejamos especificar. As ultimas tentativas feitas e em parte realisadas para promover o exodo de trabalhadores da Zambezia para as minas do Transvaal, compromettendo a mão d'obra dos prasos, que constitue o principal elemento do trabalho regional, não foi somente um golpe duramente dado nos mais rudimentares principios de ordem economica, foi tambem uma desoladora affirmação de desinteresse pela grandeza e pela prosperidade da Zambezia, por mais attenuantes que se procurasse adduzir a favor de tam extraordinaria resolução, que, embora sem deferimento legal, que conste officialmente, parece, segundo constantes informações da imprensa, estar, a até certo ponto, sendo executada. Para valorisar a Zambezia não basta, pois, resolver o problema das communicações. E indispensavel resolver os problemas da administração, restabelecer a genuinidade da execução da lei e regulamento dos prazos, regular convenientemente o regimen fiscal e aduaneiro, pôr em ordem os serviços da administração da fazenda, subordinar as companhias ás clausulas e obrigações das suas leis constituitivas, crear incentivos officiaes á exploração agricola e industrial, dar garantias amplas ao commercio, promover melhoramentos locaes desde muito julgados necessarios, disciplinar os serviços publicos, dando força ao principio da authoridade, com a independencia de que deve derivar o seu prestigio. N'estas condições, sob a disciplina severa de lei, os grandes melhoramentos materiaes da Zambezia darão compensações para os encargos que trouxerem ao estado, porque se assegurará um progressivo incremento das receitas. D'outro modo permanecerão os encargos, mas sem compensações, não dando sequer para elles as receitas realisadas. Crear-se ha de cabeça leve uma situação cheia de difficuldades, cercada de perigos, como os que, em dolorosa experiencia, já tivemos occasião de liquidar, em condições e circumstancias, que não estão tam longe dos contemporaneos que se deva julgar estejam esquecidas. Assim a nossa opinião, absolutamente sincera e desinteressada, é que o problema das communicações de Zambezia, seja urgentemente estudado, porque o não está, quer na hypothese do caminho de ferro quer na do aproveitamento das vias fluviaes. Organisem-se duas missões d'estudo, nas devidas condições, com technicos nacionaes ou estrangeiros, conforme o objectivo de cada uma d'ellas. A missão encarregada do estudo das vias fluviaes teria o encargo de satisfazer especialmente á parte technica das reclamações do Chinde. E tam longe vae o nosso decidido empenho em que estas missões se realisem que não hesitamos em indicar verba disponivel, dentro das forças orçamentaes da propria provincia de Moçambique, para as realisar. Segundo o orçamento para 1903-1904, a despeza ordinaria da provincia de Moçambique foi augmentada, sobre a authorisada no anno economico anterior, em 195.887$387 réis. Ora tendo o orçamento

sido publicado na provincia em 31 de dezembro de 1903 e mandado executar, sem effeito retroactivo, a partir de 1 de janeiro de 1904, virtualmente o augmento da despeza ficou reduzido em 50 p. c. isto é, ha um saldo na despeza ordinaria orçada, mas não ordenada, em relação no primeiro semestre de 1903-1904, de 97.943$693 réis. Não nos parece que seja necessaria uma *operação de thesouraria* complicada e difficil para que este saldo extraordinario tenha uma applicação util e necessaria, em vez de ser absorvido por *operações de thesouraria* menos claras e de effeitos menos positivos, quer dizer menos justificaveis e opportunos.

Se ha questão em que todos estejam de accordo é esta — do desenvolvimento das vias de communicação da Zambezia. E' conhecida, e nós mesmos nos temos referido a ella mais d'uma vez, a opinião do commissario regio sr. Antonio Ennes, como egualmente a do sr. conselheiro Marianno de Carvalho, o eminente jornalista que egualmente foi a Moçambique n'uma missão especial do governo e estudou as principaes questões interessando o desenvolvimento d'aquella provincia, com o prodigioso talento e extraordinarias faculdades que fazem d'elle uma das mais notaveis individualidades da sua geração e do seu paiz. Temos depois a opinião do sr. conselheiro Mousinho de Albuquerque, que temos visto citada mas não especificada, provavelmente porque ha n'ella uma certa identificação com a do sr. Antonio Ennes. Diz este glorioso official no seu livro *Moçambique* (1899): — «Carece o distri«cto (da Zambezia) de muitas obras de grande urgencia. São es«tas, a meu ver, as seguintes: — *um caminho de ferro de via «reduzida que ligue Mogurrumba (ou Mogurrumbala) extremo da na«vegação do Quaqua ao porto do Vicente, no Zambeze.* Deve cus«tar esta obra cêrca de 90 contos de réis. Actualmente os trans«portes do estado e dos particulares entre o Quaqua e o Zambeze «importam em mais de 20 contos e leva-se dois dias de um rio ao «outro. São, pois, esses 20 contos a receita bruta minima com que «deve contar a linha ferrea, minimo que será muito excedido, por«que se desviará para ali grande parte do actual trafego de Chin«de. De muito maior alcance, *e tambem, é certo, de muito maior «despeza,* é a construcção do caminho de ferro do Ruo. Se a pe«quena linha de Mogurrumba-Vicente deve trazer a Quelimane o «trafego da Alta-Zambezia, que hoje sobe pelo Chinde, succederá «o mesmo ao da região dos lagos com o caminho de ferro do Ruo. «De resto já o reconheceu o governo, fazendo a concessão para se «construir. A baixa Zambezia está cruzada de canaes e mucurros «*muito uteis para as communicações, mas muitos estão inutilisados «pelo assoreamento. A acquisição d'uma draga impõe-se pois como «de primeira necessidade e esta draga poderá alugar-se aos arren«datarios dos prasos, resarcindo-se assim o governo em poucos annos «da despeza feita.* Não menos se impõe o melhoramento das con«dições do porto (de Quelimane), balisando a barra, continuando

«a construcção do muro-caes e comprando um rebocador e dois «batelões para transportes no Quaqua.» O sr. Mousinho de Albuquerque manifestou ainda opiniões claras e positivas sobre o trabalho e a colonisação da Zambezia, commercio, agricultura e industria dos prasos, companhias coloniaes, constituição da propriedade, desenvolvimento da exploração, etc., expondo, acêrca de cada um d'estes assumptos, idéas nitidas e precisas. Em seguida temos as opiniões escriptas d'antigos governadores geraes da provincia e de governadores do districto da Zambezia nos ultimos annos, como os srs. conselheiros Augusto de Castilho, Francisco Maria da Cunha, Alvaro Ferreira, Joaquim Machado, Joaquim José de Almeida, conde de Paço de Arcos, João Coutinho, Sousa e Faro, etc. São opiniões conformes sobre a conveniencia e urgencia de resolver o problema. Não nos parece, por isso, que possa ou deva haver hesitações ou indecisões em mandar proceder aos estudos necessarios afim de que, resolvida a questão technica, seja estudada a questão financeira, que não é digna de menos cuidado e de menos solicitude. Este parece ser o projecto do sr. ministro da marinha, que, não sendo provavel que tenha de resolver o assumpto, no entretanto terá o patriotico e devotado desejo de facilitar a conveniente solução do problema, procurando reconquistar o tempo perdido desde 1895 até hoje, não esquecendo que pertence ás camaras de 1903 a responsabilidade de não haver votado o anno passado o projecto de lei relativo ao caminho de ferro da Swasilandia, em que se havia introduzido na camara dos senhores deputados uma emenda tendente a modificar a authorisação concedida em 1898 para a construcção do caminho de ferro de Quelimane ao Ruo, alterando o traçado na direcção do Chire, e que este anno, no discurso da corôa, nem de leve se alludiu a este caminho de ferro, fazendo-se, porém, referencia a outro, destinado a contornar os rapidos de Cabra-Bassa, cuja proposta, baseada, ao que se diz, em pedido de concessão particular, de resto não foi ainda apresentada ás côrtes, não nos parecendo, por isso, que o seja já em tempo util para que possa ser discutida e approvada, se tiver de o ser, nas duas casas do parlamento.

Do que nós, porém, precisamos convencer-nos é de que a solução do problema dos melhoramentos materiaes de que carece a Africa Oriental Portugueza, tem de subordinar-se inteiramente ás condições do seu modo de ser politico e commercial. Como muito bem observa n'um livro recentissimo, ácerca dos caminhos de ferro coloniaes, M. de Renty, a provincia de Moçambique está sob a influencia de uma infiltração do capitalismo e do commercialismo estrangeiro. Afastada consideravelménte da metropole são muito restrictas as suas relações commerciaes com ella. O seu commercio faz-se principalmente com o estrangeiro. E' este o principal consummidor dos seus productos naturaes. A boa politica está em aproveitar estas excepcionaes condições, que poderosamente poderão concorrer para valorisar a colonia portugueza. E com isso

PAMPHLET BINDER

Portugal sómente terá que ganhar. De facto Portugal pode assegurar a todas as colonias estrangeiras do interior o mais rapido, e por consequencia o mais facil e barato, accesso para o mar. Tirando todo o partido da posição que occupa na costa oriental poderá dar aos seus territorios o desenvolvimento rapido e intensivo de que elles carecem para prosperar. Está fixada e assente a politica da cooperação commercial entre Portugal e Inglaterra e por consequencia está indicado o caminho a seguir para a conveniente exploração dos territorios em que as duas nações são visinhas. Não nos devemos preoccupar em dar á solução d'estes problemas um aspecto diverso do que elle realmente tem. A lição dos factos não pode nem deve ser esquecida. Em 1891, por um acto de opportuna iniciativa, nacionalisámos o systema das grandes companhias coloniaes *british model,* e de todos é sabido, que constituidas, nellas predomina e domina o elemento estrangeiro, porque para emprehendimentos desta ordem não se pode contar em absoluto com o concurso de capitaes portuguezes, a não ser com solidas garantias, de que sómente resultem onerosos encargos para o estado, como a experiencia tem demonstrado, e algumas vezes duramente, sem compensações correspondentes. Temos colonias em que a assimillação do elemento estrangeiro ao modo de ser nacional pode ser relativamente facil e está mesmo na tradicção. Outras, porém, possuimos, e destas a primeira é Moçambique, em que é o elemento nacional, que tem de se assimilar ao estrangeiro, em consequencia de causas determinadas pela tradicção, pelo regimen, pela direcção das correntes commerciaes, pela influencia dos principios economicos, que preponderam e que não é possivel illudir ou contrariar. Esta é a lição do passado e o exemplo do presente. Nós estamos vendo agora, por exemplo, como nas colonias inglezas do sul a politica autonomista, tam disciplinada como activa, dispondo de valiosos elementos de acção, acaba de ser batida nas eleições legislativas do Cabo, ficando fóra do parlamento, derrotados perante a urna, os seus mais altos representantes: — Sir Gordon Sprigg, que era primeiro ministro e MM. Merryman e Sauer que estão á frente do partido do *bond* ou o partido hollandez. O partido progressista (partido imperial inglez) ficou no conselho legislativo com uma maioria de cinco votos. Não pareça de pouco vulto esta maioria porque o conselho legislativo da colonia do Cabo é composto apenas de 23 membros, eleitos por sete annos e presidido *ex-officio* pelo *chief-justice.* O censo para ser eleito membro do conselho legislativo é de 2:000 libras em propriedades immobiliarias ou de 4:000 em mobiliarias. A assembleia legislativa é composta de 95 membros, eleitos por cinco annos. O corpo eleitoral pouco excede 100:000 eleitores. O presidente actual do conselho legislativo, (presidente do Supremo Tribunal) é Sir J. H. de Villiers, o *speaker* da assembleia legislativa Sir W. B. Beng, o chefe do partido progressista, victorioso nas eleições, é o celebre dr. Jameson, o grande amigo de Cecil Rhodes, que tam extraordinario

papel desempenhou nos modernos acontecimentos politicos da Africa do Sul e que em consequencia do resultado das eleições, é hoje o chefe do governo, o primeiro ministro, da colonia do Cabo. Esta nova phase da politica sul-africana quer-nos parecer que exercerá influencia nas relações entre Lourenço Marques e o Transvaal, pois natural é que procure, sem prejuizo dos interesses legitimos das colonias ingleza do sul, identificar-se com a orientação da politica geral da Inglaterra, satisfazendo ao mesmo tempo as aspirações e servindo os consideraveis interesses da colonia transvaaliana, tam sensivelmente inclinados para uma mais intima ligação com Lourenço Marques.

A mão d'obra indigena em S. Thomé

Decerto que um dos problemas mais interessantes, podemos mesmo dizer mais difficeis, da nossa economia colonial, é o da mão d'obra na provincia de S. Thomé e Principe. Não sendo possivel disciplinar a população indigena, aliás relativamente pouco numerosa, o recrutamento de trabalhadores nos ultimos trinta annos tem sido feito quasi exclusivamente na provincia de Angola, excepções feitas para alguns casos de recrutamento, por meio de contractos especiaes, entre *krumanos, coolies* e *dahomeanos,* uma tentativa de engajamento na Guiné, e ha pouco mais de um anno, outra em Cabo Verde, não renovada por opposição local. Conservou o caracter permanente o engajamento na provincia de Angola, em condições que até ha poucos annos eram onerosas para os agricultores e que, depois de convenientemente regulamentado em ordem a evitar abusos reconhecidos, começou a encontrar difficuldades. No periodo decorrido, porém, as condições do aproveitamento necessario do concurso indigena na provincia de Angola modificaram-se por completo. Os melhoramentos materiaes, sobretudo os caminhos de ferro, não só na colonia, mas tambem nas colonias limitrophes, começaram a valorisar o trabalho indigena e o recente desenvolvimento das empresas agricolas e industriaes tende a augmentar essa valorisação e, por consequencia, a difficultar a emigração. E' certo que, em regra, os trabalhadores indigenas encontram em S. Thomé e Principe as melhores condições de commodo, de alimentação e de auxilio, são bem tratados, sendo modelares as installações, que lhes são destinadas, nada lhes faltando, desde a *creche* para as crianças á hospitalisação para os doentes e á reforma para os invalidos. Mas as exigencias do trabalho angolense vão augmentando e muito provavel é que, sobretudo se se construir o caminho de ferro do Lobito á Katanga, a valorisação da mão d'obra indigena attinja taes proporções, que sejam invenciveis as difficuldades oppostas ao contracto de trabalhadores para a nossa grande colonia agricola, mesmo estabelecendo esta concorrencia de preços. Para apreciar bem a situação temos que recorrer á estatistica. De 1885 a 1903 entraram na provincia de S. Thomé

e Principe 56.189 trabalhadores, principalmente contractados na provincia de Angola, como se pode ver do seguinte quadro:

1885	2.066
1886	1.468
1887	1.681
1888	1.664
1889	1.425
1890	8.066
1891	9.191
1892	1.409
1893	2.130
1894	2.223
1895	2.173
1896	2.691
1897	3.786
1898	3.181
1899	3.510
1900	4.740
1901	4.752
1902	3.499
1903	2.564
Total	56.189

Como se vê, houve apenas um anno, o de 1890, em que a entrada excedeu consideravelmente as medias de todo este longo periodo e que o numero dos contractados nos annos de 1900 e 1901, attingiu em cada um d'estes annos 50 p. c. d'aquelle maximo extraordinario. Aproximando os factos, temos que reconhecer que este ultimo augmento precedeu claramente os acontecimentos do Bihé e Bailundo.

Continuando a recorrer á estatistica, encontramos que no periodo decorrido de 1896-97 a 1900-901 o numero de antigos trabalhadores recontractados se elevou a 15.124, como se reconhece pela seguinte nota:

1896-97	2.690
1897-98	3.234
1898-99	2.884
1899-900	3.345
1900-901	2.971
Total	15.124

Acceitando como exacta esta cifra, tanto mais que, segundo a estatistica, referida a 1903, n'este anno foram recontractados 3.922 trabalhadores, temos que, tendo entrado na provincia de S. Thomé e Principe de 1901 a 1903 mais 10.815 trabalhadores

indigenas, se pode culcular actualmente a população trabalhadora da nossa colonia agricola em cerca de 26.000 individuos d'ambos os sexos, tendo sido eliminados de 1885 a 1903, por consequencia, cerca de 30:000, o que n'um periodo de dezoito annos representa uma eliminação de 1.666 por anno. O que possa parecer de excessivo n'esta proporcionalidade tem de ser corrigido pelo facto authenticado de que no recrutamento de trabalhadores em Angola a selecção deixa muito a desejar, sendo relativamente avultado o numero dos velhos, doentes e invalidos incluidos em cada grupo de contractados, figurando, por isso, nas causas determinantes da eliminação a anemia, o rachitismo e o alcoolismo. E' possivel que, em alguns casos, as condições do trabalho aggravem estas causas especiaes morbologicas, mas a despeito, d'isso, o facto não deixa de revestir importancia, sob qualquer ponto de vista, que o vejamos. Se se fôr reduzindo e limitando o engajamento de trabalhadores na provincia de Angola, como é provavel, muito para receiar será que uma crise de mão d'obra se manifeste e não é difficil suppor que d'ahi resultará um desastre grave para a agricultura da nossa grande colonia. E' necessario, pois, ir estudando a questão, e procurando determinar depois os meios de evitar ou pelo menos attenuar semelhante desastre. Será possivel, sob um novo regimen, principalmente assente na valorisação da mão d'obra, por um lado e na pratica do repatriamento por outro, obter trabalhadores n'outra qualquer colonia portugueza? Será isso possivel dentro do regimen estabelecido n'algumas d'essas colonias, designadamente na provincia de Moçambique? Sendo irrealisavel esta solução será inevitavel recorrer á emigração dos *coolies,* evidentemente mais onerosa do que qualquer outra, menos adaptavel ás exigencias do trabalho rural e tendo inconvenientes, como os que tem sido constatados pelos paizes que a ella tem recorrido e que ainda ha pouco tempo levaram a assembleia legislativa de Pretoria a sobreestar na execução da ideia de os contractar para as minas do Transvaal afim de supprirem a insufficiencia da mão d'obra indigena? A' primeira vista, dados os factos e as circumstancias, que evidentemente resultarão de qualquer d'estas soluções, quer-nos parecer que o meio mais pratico de resolver o problema estará: — na disciplina do elemento nativo local, sob um regimen de policia que, sem ser violento, o obrigue ao trabalho, — n'uma maior valorisação da mão d'obra, — n'um regimen de contractos de indigenas fóra da provincia com a clausula inilludivel do repatriamento no termo exacto dos contractos. Se não for este o meio, mantido o actual systema, se como tal pode ser considerado, a crise será inevitavel e sobre inevitavel irreductivel, constituindo um verdadeiro desastre colonial.

Novas culturas coloniaes

Temos mais de uma vez sustentado e defendido nas nossas revistas a necessidade de, para evitar eventuaes difficuldades futuras, se cuidar de introduzir e desenvolver nas colonias portuguezas culturas subsidiarias das que ali existem e são exploradas, renovando e aperfeiçoando outras, que, tendo attingido um certo grau de prosperidade relativa, decahiram e quasi completamente se annullaram. Para se attingir este resultado, não só seria preciso que os agricultores se compenetrassem dos inconvenientes de empregar exclusivamente a sua actividade na exploração de certas e determinadas culturas, cujos productos, tendo de concorrer nos mercados com productos similares estrangeiros, estão, mais do que estes, sujeitos ás contingencias das fluctuações de preços, que favorecem, por natural preferencia dos consummidores, os productos de selecção, mas ainda que, por parte dos governos, se procurasse assegurar á exploração agricola colonial uma direcção technica experimentada, facilitando ao mesmo tempo, por meio de jardins de ensaio e hortos experimentaes, a selecção das melhores especies adaptaveis a cada região, afim de fornecerem aos agricultores as plantas necessarias ao povoamento dos terrenos que para esse fim forem escolhidos e preparados. Hoje temos que insistir n'este ponto, porque os factos veem em appoio do que a este respeito temos affirmado. Em Angola, por exemplo, alguns agricultores tentam neste momento o desenvolvimento da cultura intensiva do algodoeiro, mas luctam com as difficuldades resultantes não sómente da falta de sementes de renovação, mas ainda de indicações technicas e praticas para o tratamento, colheita, selecção e preparação do producto. Em Moçambique dá se exactamente o mesmo com relação ao ensaio de outras culturas, designadamente da do tabaco, que ali se dá perfeitamente. E' sabido ser o tabaco uma das culturas subsidiarias que aconselhavamos como sendo de utilidade nas nossas colonias. Ensaiam actualmente esta cultura na Africa Oriental a Companhia da Zambezia no Songo e a Companhia de Moçambique na circumscripção *Neves Ferreira*. Em 1903 este ensaio produziu cêrca de 1:000 kilos de tabaco, de que já vieram amostras para Lisboa. Parece que das diversas sementeiras feitas, a

que melhor produziu foi a da Havana, que germinou e produziu bem, mas onde a exploração naufragou quasi por completo foi na preparação da folha por falta de conhecimento pratico dos processos. Não é sómente ali que o tabaco se dá bem, mas em todas as circumscripções dos territorios da companhia, e é fóra de duvida que, feita a selecção das melhores sementes, este ramo de industria offerecerá vantagens, mas a questão da preparação é tudo. Das experiencias realisadas em 1903 resultou que parte da folha colhida fermentou de mais, parte seccou demasiadamente, isto é, faltou por completo o *tour de main* que sómente um pratico póde ensinar, o que nos parece de facil remedio. Segundo as nossas informações, a Companhia de Moçambique estará resolvida a contractar um technico nas Mauricias ou na Reunião para supprir aquella falta. Estimaremos que assim seja, para que se abra o exemplo e elle possa fructificar, como é necessario, e bom seria que esta acquisição fosse acompanhada de outras destinadas a completal-a. Não nos parece que seja difficil contractar nos Açores uns dez ou doze colonos com suas familias, escolhidos entre os tratadores experimentados na cultura e exploração do tabaco, que, sobretudo na ilha de S. Miguel, tem attingido relativo desenvolvimento. Estes tratadores seriam de uma grande utilidade, porque sendo dos melhores colonos desejaveis teriam a vantagem de estarem já acostumados áquelle trabalho. E devemos dizer que se nos afigura um erro suppor que a cultura do tabaco nas colonias póde ser unicamente proveitosa colhendo e preparando a folha para ser exportada para Lisboa e consummida pela Companhia dos Tabacos, pois entendemos que essa exploração para ser util e vantajosa precisa ir mais além, habilitando-se á manipulação não sómente da folha, mas successivamente do rôlo, da taboa, do picado e mais tarde dos cigarros e dos charutos, como fez a industria açoriana, que soube assim garantir-se um mercado compensador, tanto n'aquellas ilhas, como na da Madeira, produzindo e vendendo hoje tabacos manipulados em condições muito rasoaveis de qualidade e de preço. Em Africa não se pensa, ao que parece, como nos Açores, e mesmo administradores dos mais illustrados não consideram utilisavel essa exploração como base de uma nova industria, mas unicamente como uma especulação commercial rudimentar, que estará longe de ser compensadora, sobretudo pretendendo viver exclusivamente do consummo na metropole. Devemos accrescentar que pensamos exactamente o mesmo a respeito da cultura e exploração do algodão, que deve procurar-se aproveitar industrialmente, isto é, creando nas colonias a industria algodoeira progressiva, aproveitando o favor concedido pelas pautas vigentes á importação de machinas, apparelhos e utensilios necessarios á industria, devendo ainda conceder-se a mesma isenção para algum material, indispensavel ás installações completas de fabricas, para o qual, com injustificada razão, se mantem um regimen de direitos exorbitantes, sendo de origem estrangeira,

quando a industria nacional realmente não reune condições para justificar semelhante favor.

Outro ramo d'exploração agricola que tem merecido cuidados á Companhia de Moçambique é o da conservação e repovoamento proporcional das florestas de borracha, a exemplo do que, tam proficua e habilmente tem feito o Estado Independente do Congo, sob o regimen do estabelecimento de zonas inteiramente reservadas, de outras de exploração livre, e ainda d'outras de exploração mixta, fixando epocas e determinando processos para os córtes. Ao mesmo tempo tem-se dado impulso á creação de gado e ao desenvolvimento da industria salineira. Está completa a installação do jardim d'ensaios de Mambone, que sob a direcção de um technico francez, vae produzindo resultados os mais satisfatorios, como já tivemos occasião de referir. Pensa-se agora em estabelecer outro jardim na *Colonia Meyrelles*. Os jardins d'ensaio nos territorios de Manica e Sofala foram os primeiros estabelecidos em colonias portuguezas e temos a satisfação de dizer que temos razões para crer que a nossa insistente propaganda a tal respeito não foi extranha á sua creação. Desejariamos agora vel-os reproduzidos em Inhambane e em Quelimane, na ilha da Boa Vista de Cabo Verde, em S. Thomé, no planalto da Huilla, em Caconda, na Lunda e no Congo Portuguez. Mais desejariamos que, tendo a felicidade de possuir a ilha da Madeira, que reune todas as condições desejaveis para o estabelecimento de um jardim de acclimação, se resolvesse creal-o, o que, sobre proporcionar aos viajantes, que frequentam aquella preciosa perola do Atlantico, uma encantadora distracção, seria d'uma grande importancia para o desenvolvimento da nossa agricultura colonial. Não se invoque a falta de recursos, que para estas despezas haverá recursos de sobra nas nossas receitas coloniaes ordinarias, mesmo talvez sem cortar pelas despezas estereis que á sombra dellas se tem feito e fazem. Ao mesmo tempo poder-se-hia transformar a Escola Medico-Cirurgica do Funchal em Escola Medico-Colonial, com um programma elaborado sobre o modelo das modernas escolas suas congeneres estrangeiras, designadamente da que ultimamente foi creada em França. A escola colonial do Funchal, com o hospital-colonial de Lisboa, satisfariam por completo as necessidades do serviço medico-colonial portuguez. Para dotar de pessoal technico competente os jardins d'ensaio e hortos experimentaes seria conveniente remodelar a organisação dos serviços agronomicos coloniaes, reduzidos á expressão mais simples por meio de symetricos traços de lapis nos orçamentos das provincias ultramarinas, de modo a permittir o contracto de technicos estrangeiros, que suppram as deficiencias dos nacionaes, que, em regra, não são propensos á especialidade e, quando estão em condições de satisfazer, exigem vencimentos exagerados incompativeis com a ordem administrativa e com a ordem economica. Vae para dois annos que se creou a direcção de agricultura em

Angola e ainda o logar está por prover, porque se não quiz, no respectivo decreto, deixar margem para contractar estrangeiros limitando a escolha para nomeação, por tal forma, que, dentro da verba fixada, ninguem houve que se prestasse a acceitar a commissão apesar de muito rasoavelmente remunerada. E no entretanto se ha melhoramento necessario é este, porque escusado é suppor que, por exemplo, a crise de Angola se resolverá por meio de panaceas, meros expedientes d'occasião, de ephemera influencia, e por meio de decretos que avolumam a legislação, mas que nunca se cumprem, porque ninguem mais pensa nelles. Era tempo de sahirmos deste regimen de hesitação, de fraqueza, cujos resultados vão influindo desastrosamente no futuro das colonias, podendo servir d'argumento contra a nossa capacidade colonisadora, que os estrangeiros, apesar de nem sempre bem dispostos a nosso favor, nos reconhecem. E não é sensato, nem prudente, suppor-se que esta situação se pode prolongar indefinidamente.

DT 36 .R484 C.1
Questões coloniais do dIAPN5724
Hoover Institution Library
3 6105 083 116 918

DT36
P[illegible]

HOOVER INSTITUTION
STANFORD LIBRARIES
To avoid fine, this book should be returned on
or before the date last stamped below
15M-7-69-24525

Stockton, Calif.

R48